

O que se espera de Bush

06070

TOM WICKER

No momento em que o novo Presidente do México, Carlos Salinas, começa a governar, o país mantém o compromisso de pagar anualmente US\$ 9 bilhões de juros e serviços da dívida externa (equivalentes a 40 por cento das divisas com exportações), num total de US\$ 104 bilhões. Nessa proporção — cerca de 40% das divisas obtidas com as exportações — o México, assim como outros países endividados da América Latina, não tem praticamente qualquer esperança de retomar seu crescimento econômico.

Cedo ou tarde, tal situação deve provocar revoltas populares e o fim da democracia em alguns desses países. Os problemas econômicos do México são parte das dificuldades de implantação de uma reforma estrutural em um sistema político obsoleto.

Os credores, entre eles alguns dos maiores bancos dos Estados Unidos, não têm perspectiva concreta de recuperar a totalidade de seus empréstimos; a inadimplência dos países latino-americanos constituiria uma ameaça à estabilidade dos bancos dos EUA. Ao mesmo tempo, os devedores reduzem suas importações, que ajudariam a reduzir o déficit comercial americano.

Portanto, no interesse de credores e devedores, e por razões sociais e econômicas, é necessário que se produza uma solução para a crise da dívida latino-americana — mais cedo do que tarde, e como um dos primeiros esforços do Governo Bush. Rolar mais uma vez a dívida, ou seja, ampliar os prazos de pagamento dos empréstimos existentes e emprestar mais dinheiro para pagamento dos altos juros, apenas agrava o problema. Ao canalizar tão grande parte das divisas obtidas com as exportações para o serviço da dívida, os países latino-americanos ficam impossibilitados de fazer os investimentos

necessários ao seu próprio crescimento econômico.

“A solução para a relação dívida-crescimento não pode estar em mais dívida”, declarou Salinas recentemente a Larry Rohter, correspondente do “New York Times” na Cidade do México. No discurso de posse, o novo Presidente mexicano afirmou que sua prioridade básica é a retomada do crescimento, embora tentando evitar um confronto.

Em um relatório preparado para o Presidente eleito George Bush, uma comissão bipartidária chefiada pelos ex-Presidentes Gerald Ford e Jimmy Carter incluiu o problema da dívida entre os que exigem “decisões e ações imediatas” por parte do novo Governo. Em 1980, observou a comissão, os países ricos transferiram US\$ 35 bilhões líquidos para os países pobres. Mas “agora há uma transferência líquida de US\$ 30 bilhões anuais dos países pobres para os ricos”.

No México, onde o crescimento econômico entre 1940 e 1980 atingiu uma média de seis por cento ao ano — atraindo muitos dos empréstimos estrangeiros que agora comprimem a economia do país —, o Produto Nacional Bruto, segundo Rohter, caiu cerca de quatro por cento nos últimos anos, os salários reais foram reduzidos em mais de 40% e a taxa de inflação anual é de aproximadamente de 60%.

A comissão Ford-Carter concorda com Salinas que a solução deve implicar uma “redução da fuga de capital” dos países devedores. E argumentou ainda que o plano elaborado por James Baker, ex-Secretário do Tesouro e futuro Secretário de Estado do Governo Bush, foi ultrapassado pelos acontecimentos.

O Plano Baker pedia maiores empréstimos a taxas inferiores, destinados a ajudar os países devedores a aumentar seu crescimento econômico. Mas a queda dos preços dos produtos agrícolas no mercado interna-

cional e a consequente redução da receita obtida por esses países com exportações limitaram a eficácia do plano.

Como lembrete ao Banco Mundial e outros credores, e em uma alusão ao Brasil, o relatório Carter-Ford fez uma observação pouco ouvida: que a redução da dívida “deve ser usada para encorajar países do Terceiro Mundo a protegerem e não a destruírem suas florestas e outros recursos naturais”.

Após sete anos de uma crise provocada pela dívida que apenas se tornou mais ameaçadora, é possível adotar várias medidas construtivas, mas só um remédio seria eficaz: a redução direta do encargo da dívida do México e de outros países latino-americanos, cancelando-a ou concedendo prazos longos de pagamento e cortes drásticos nas taxas de juros.

Em setembro passado, a Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) exortou os bancos comerciais a perdoarem pelo menos 30% da dívida de 15 países, entre eles o México e nove outros da América Latina. A comissão Carter-Ford não chegou a ir tão longe, concordando com a sugestão dos bancos americanos de que seria preferível uma solução particular para cada país.

Ambos os grupos, porém, atingiram o ponto essencial da questão. Como disse Kenneth Dadzie, da Unctad, “a verdadeira ameaça está na contínua protelação do desenvolvimento” nos países pobres. E o relatório Carter-Ford salientou que “quanto mais demorar a solução desse problema, maior será a chance de um dos grandes devedores latino-americanos sofrer uma crise social, política ou econômica”. Uma palavra mais exata para isso seria “desastre” — cujas consequências repercutiam também nos EUA.

Tom Wicker é colunista do “New York Times”, no qual este artigo foi publicado.